



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018913-64.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Anésia Ferreira de Souza**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação de Obrigação de Fazer**, com pedido de tutela antecipada, proposta pela **Defensoria Pública** em defesa dos direitos da idosa **Anésia Ferreira de Souza**, em face da **Fazenda do Estado de São Paulo**, formulada com fundamento no artigo 1º, incisos, II e III, artigo 3º, artigo 5º, *caput*, artigo 6º, artigo 196 e artigo 239, *caput*, da Constituição Federal, bem como com fundamento no art. 219 e parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo e no Código de Saúde do Estado de São Paulo.

Narra a requerente que é idosa, com 72 anos de idade, portadora de doença crônica denominada osteoartrite primária generalizada, doença que lhe causa muitas dores e incômodos, podendo causar fraturas nos ossos, rigidez e redução da funcionalidade articular. Em razão disso, lhe foi prescrito o uso dos medicamentos **Glicosamina 1500 mg e Condroitina 1200 mg**, cujo custo lhe é excessivamente oneroso, vez que sua renda é de um salário mínimo mensal e não dispõe do auxílio de familiares, sendo que a compra dos medicamentos comprometeria aproximadamente 32% de sua renda.

Informou que os fármacos receitados não constam das listas padronizadas de medicamentos para dispensação, razão pela qual a solicitação administrativa formulada junto à Secretaria de Saúde do Município de São Carlos teria sido denegada.

O Ministério Público manifestou-se pela concessão da medida liminar (fls. 17-vº).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Às fls. 19 foi deferida a liminar para determinar ao Ente Público requerido que fornecesse os medicamentos prescritos no relatório médico juntado à inicial, em seus exatos limites.

O Ente Público requerido foi citado (fls. 24, 25 e 26) e apresentou contestação (fls. 28/39), alegando em síntese, preliminarmente, que o pedido é genérico e incerto. No mérito, aduz que, embora não forneça o fármaco pleiteado pela autora, fornece tratamento para a moléstia que a acomete. Sustenta que a razão de não dispensar a Glicosamina + Condroitina para a moléstia da autora *“decorre certamente do fármaco não se mostrar tão adequado ou eficiente no tratamento de sua doença quanto outros similares disponibilizados pelos SUS para tanto, notadamente tendo em vista a relação custo-benefício da terapêutica a ser dispensada ou, ainda, por ter a mesma eficácia de que os remédios fornecidos pela rede pública”*.

Alega, ainda, que o direito à saúde não deve ser interpretado como direito imediato a qualquer tipo de medicamento prescrito, visto que o próprio art. 196 da CF traz os parâmetros de satisfação, pelo Poder Público, do direito à saúde, determinando o seu atendimento mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco da doença e de outros agravos. Diz que o direito do cidadão e, via de consequência, da autora, se traduz no cumprimento de políticas públicas estabelecidas pelo Executivo e Legislativo no âmbito do Sistema de Saúde.

Réplica às fls. 43/48.

O Ministério Público emitiu parecer (fls. 105/109), pugnando pelo julgamento antecipado da lide, bem como pela procedência do pedido.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Cabível o julgamento antecipado da lide a teor do disposto no art. 330, I, do CPC, *verbis*:

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença: [\(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973\)](#)

I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; [\(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973\)](#)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

A questão de mérito é unicamente de direito, derivando de comando constitucional. O feito encontra-se devidamente instruído. Passo a julgar.

Inicialmente, afasto a preliminar aduzida, pois o pedido em questão diz respeito ao direito à saúde, que irá se materializar com o fornecimento dos medicamentos especificados na inicial: **Glicosamina 1500mg e Condroitina 1200mg**, razão pela qual não há que se falar em afronta ao disposto no art. 5º, LV, da CF/88, tampouco em indeferimento da petição inicial.

No mérito, o pedido merece acolhimento, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito para depois solapá-lo ao argumento de conformar as necessidades dos pacientes à satisfação de políticas públicas, sociais e econômicas. Não é hora, portanto, de buscar em certa retórica vazia do direito, uma maneira de subtrair-se à imposição constitucional.

Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, sob pena de se esvaziar o comando constitucional do direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Conforme asseverado pelo Desembargador Magalhães Coelho:

Não é suficiente, portanto, que o Estado proclame o reconhecimento de um direito constitucional, para solapá-lo por meio de gestões de duvidosa eficiência e moralidade. Se o Estado não atingiu, ainda, o grau ético necessário a compreender essa questão, deve ser compelido pelo Poder Judiciário, guardião da Constituição, a fazê-lo.

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 0101855-71.2013.8.26.0000, Rel. Magalhães Coelho).

Assim, é inescusável o dever do Estado em garantir o acesso igualitário a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em território nacional à saúde.

A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da CF, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Além disso, restou comprovado que a autora, Anésia Ferreira de Souza, não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 11) e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que ela é a idosa (fls. 12) e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito, além da idade.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, convertendo a tutela antecipada em definitiva, para condenar a requerida Fazenda Pública do Estado de São Paulo a fornecer os medicamentos **Glicosamina 1500mg** e **Condroitina 1200mg** para a autora, enquanto deles necessitar, sob pena de sequestro de verbas públicas.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 07 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**